Revista Macambira
ISSN:2594-4754
Revista Macambira
Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (LaPPRuDes)
ARTIGO
https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.505

Patologização e medicalização da educação: concepções de professores e gestores do ensino fundamental I e II de escolas de um município paulista

Lais Fernandes Silva[1], Karla Paulino Tonus[2*]

[1]Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSP-Campus Presidente Epitácio.
https://orcid.org/0000-0003-2582-2214

[2]Professora Doutora do curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSP-Campus Boituva.
https://orcid.org/0000-0002-9697-6328.

*Autor correspondente:
karla.tonus@ifsp.edu.br

Resumo:
Apresentamos os resultados de pesquisa de iniciação científica realizada no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP, Campus do interior. Tal pesquisa é feita a partir da análise crítica do crescente uso de medicalização da vida escolar. Fizemos o levantamento das escolas municipais do ensino fundamental I e II e a elaboração de questionários para compreender as concepções de professores e gestores a respeito dos temas fracasso escolar, patologização e medicalização da educação escolar. Ao final, realizamos as intervenções nas escolas, objetivando a reflexão sobre o tema a partir do princípio de que os problemas da escola devem ser resolvidos com medidas educacionais.

Palavras-chave: Formação de Professores, Fracasso Escolar, Medicalização.

REVISTA MACAMBIRA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, c*ampus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha (Ba), CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.

Revista Macambira
ISSN:2594-4754

Macambira Journal
Laboratory of Public Policies, Ruralities and Territorial Development (LaPPRuDes)
ARTICLE
https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.505

Pathologization and medicalization of education: conceptions of teachers and managers of elementary and junior high school education at schools in São Paulo state

Lais Fernandes Silva[1], Karla Paulino Tonus[2*]

[1]Student of the Pedagogy Degree course. IFSP-Campus Presidente Epitácio.
https://orcid.org/0000-0003-2582-2214

[2]PhD Professor of the Pedagogy Degree course. IFSP- Campus Boituva.
https://orcid.org/0000-0002-9697-6328

*Corresponding author:
karla.tonus@ifsp.edu.br

Abstract:
This study presents the results of a scientific initiation research carried out within the scope of the Teaching Degree course at IFSP. The research is based on a critical analysis of the growing usage of medicalization of school life. A survey about elementary and junior high schools was made in some towns of the countryside and a drafting of quizzes was conducted in order to understand teachers' and managers' conceptions about school failure, pathologization, and medicalization of school education. At the end, interventions were made at schools in order to reflect on the theme, assuming that school problems must be solved through educational measures.

Keywords: Teacher Training, School Failure, Medicalization.

MACAMBIRA JOURNAL
Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano, c*ampus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha, Bahia, Brasil, CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.

Introdução

Neste artigo, apresentamos os resultados de pesquisa de Iniciação Científica, realizada a partir do tema "patologização e medicalização da educação escolar". Trata-se de uma prática recorrente e intensiva observada em vários aspectos da vida e, por atuarmos na pedagogia, interessou-nos compreender, sobretudo, como estas práticas acontecem na educação escolar do município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, no qual estamos.

A atenção sobre o tema ocorre a partir de nossa inserção no Fórum de Educação Medicalizada, de leituras que realizamos e de conversas com assistentes sociais do município, que relatam um grande número de encaminhamentos da educação para a saúde. Essas experiências indicaram a relevância de um levantamento das concepções dos professores a respeito do tema e da proposição de palestras referentes a este tema para que os professores e gestores tivessem acesso a outros elementos que compõem a prática da medicalização e patologização de comportamentos considerados problemas que impedem a aprendizagem.

Autores apontam um crescente aumento no número de crianças medicalizadas a partir do diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção, com ou sem Hiperatividade (TDAH) e outras condições pretensamente responsáveis pela não aprendizagem daqueles que não correspondem ao ideal de bons alunos (COLLARES, MOYSÉS, 1994, 1996; COLLARES, MOYSÉS, RIBEIRO, 2013).

Esses autores apontam que professores e familiares buscam nos diagnósticos médicos a resposta para a dificuldade dos alunos em aprender e se adaptar; assim, a patologização dos problemas escolares tem justificado a exclusão de alunos do sistema escolar. Lembramos que a exclusão não se dá somente quando o aluno sai da escola, mas quando é ignorado em seu interior.

A sociedade contemporânea vive um processo de medicalização em vários segmentos da vida: pessoal, profissional, escolar. No Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2010, p.1) lê-se que a medicalização representa

> [...] o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como "doenças", "transtornos", "distúrbios" que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades.

No prefácio do livro, *Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos* (2013), Angelucci (p. 10-12) nos apresenta três pontos interligados que explicam a dinâmica da sociedade e seus impactos na subjetividade. O primeiro deles é que o modo de vida na sociedade contemporânea nos faz adoecer por meio de jornadas exaustivas (de adultos e crianças); a vida acelerada e atarefada, com constantes imposições de metas cada vez mais altas é a vida produtiva proclamada como a que todos devem viver.

O segundo ponto citado pela autora é que a cultura demanda expectativas das pessoas, no que se

refere ao sentir, pensar e agir. São regras hegemônicas de comportamento que determinam o saudável e correto para todos, presentes numa sociedade na qual aquele que não corresponde às expectativas e aos padrões é visto como problemático.

O terceiro ponto refere-se ao modo como a sociedade lida com aquelas pessoas consideradas fora das regras, que as questionam e as refutam, ou que demandam novos modos de pensar e agir. O modo recorrente é procurar, e encontrar, no indivíduo as causas que expliquem os comportamentos tidos como sintomas de doenças e tratar com remédios.

Angelucci (2013) nos faz refletir que a dinâmica social ao mesmo tempo que representa um forte motivo para o adoecimento também nos impõe a cura rápida por meio de medicação.

Caponi (2016, p. 33), ao se utilizar do conceito de medicina do não patológico, de Michel Foucalt para desenvolver sua análise sobre o DSM-5, considera que:

> A existência de fronteiras instáveis, difusas e ambíguas entre o normal e o patológico no campo da saúde mental, possibilitou esse processo crescente pelo qual, condutas próprias da infância passaram a ser classificadas como anormais. [...] Pois agora um conjunto de condutas próprias da infância ingressaram na lógica psiquiátrica do risco.

A psicologia, como uma das ciências que oferecem fundamentação científica à educação, desenvolveu estudos e métodos que buscavam estabelecer padrões de normalidade e quantificar as diferenças individuais. Os laboratórios de psicologia, ícones de cientificidade, bastante presentes no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, produziam conhecimento a respeito das funções psicológicas implicadas no processo de aprendizagem a partir de dados fisiológicos e morfológicos (ANTUNES, 2003; CENTOFANTI, 2006). Embora muitos psicólogos tenham superado tal concepção, denominada organicista, ainda hoje identificamos práticas e ações que a corroboram ao expressarem a ideia de que as dificuldades escolares são inerentes aos alunos, ou seja, são dificuldades provindas de alterações orgânicas. Assim, a educação, ao se apropriar dos conhecimentos historicamente desenvolvidos pela psicologia da educação, tem utilizado esse discurso como justificativa para o fracasso escolar.

Ana Bock (2003) fala em "cumplicidade ideológica" ao se referir à articulação entre psicologia e educação para responder ao fracasso escolar com a "[...] culpabilização da própria vítima [...]" (BOCK, 2003, p. 87). Segundo a autora:

> A principal consequência de qualquer situação de cumplicidade é defender os interesses daquele com o qual se é cúmplice. Aqui, se dá a mesma situação: os interesses das classes dominantes ficam garantidos. Mas, por que as camadas dominantes tem tanto interesse em acobertar o processo social que caracteriza a educação? (Bock, 2003, p.87)

Com a adoção da prática de patologizar e medicalizar alunos que não correspondem às

expectativas de professores, gestores escolares e famílias, assistimos ao retorno de teorias organicistas, que explicam uma condição do aluno atribuindo-a ao aspecto orgânico, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende.

De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares em superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; igualmente acontece com os conceitos que se transformam de espontâneos a científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência. O conceito de zona do desenvolvimento próximo, formulado por Vigotski (2003) propõe que a aprendizagem precede o desenvolvimento das funções psicológicas, provocando um salto qualitativo em tais funções, que podem passar de elementares a superiores a partir do contato social intencionalmente planejado.

A psicologia histórico-cultural articula-se à pedagogia histórico-crítica por compartilharem a mesma concepção de homem e por compreenderem as transformações que a educação escolar exerce sobre o psiquismo. Com esse respaldo teórico, compreende-se o psiquismo humano a partir da historicidade dos fenômenos, e o processo educacional inserido em e decorrente de condições históricas determinadas (FACCI, 2004).

Martins (2013, p. 275) nos adverte a respeito da valorização e transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados como uma premissa para o desenvolvimento das funções tipicamente humanas. Em suas palavras:

> [...] a construção do conhecimento objetivo carrega consigo (outras) exigências, dentre as quais se destaca o próprio desenvolvimento do pensamento, como explicitado por Vigotski, Leontiev e outros. O desenvolvimento do pensamento se revela uma conquista advinda de condições que o promovam e o requeiram – e, como tal, depende em alto grau das dimensões qualitativas de formação escolar.

Ao nos apropriarmos desses elementos teóricos na tentativa de compreender a complexidade do fracasso escolar, procuramos enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, passamos a questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar.

Assim, para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do aluno ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, precisamos compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar.

Quando analisados superficialmente, projetos de lei (tais como PL 3.040/2008, PL 5.700/2009, PL 4.933/2009, PL 7.081/2010) e a Lei 13438/2017 para prevenção, acompanhamento e tratamento de

dificuldades escolares podem indicar preocupação e cuidado com o aluno em dificuldade. Contudo, um olhar mais atento leva ao entendimento de aspectos que não se referem propriamente ao bem estar do aluno; o crescente lucro da indústria farmacêutica, das clínicas e profissionais que realizam as avaliações psicológicas, pedagógicas e fonoaudiológicas, a saga do aluno e sua família na busca de uma resposta neurológica para um problema de aprendizagem e as reações adversas a curto, médio e longo prazos decorrentes do consumo de remédios são aspectos a serem longamente discutidos e enfrentados se buscamos oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos.

Metodologia: sobre a pesquisa de iniciação científica realizada

Entendemos que as concepções dos professores, decorrentes de suas vivências, mediam as relações com os alunos e tendem a reforçar a patologização e a medicalização de problemas escolares; assim, o comportamento hiperativo, indisciplinado, o fracasso na leitura e escrita são compreendidos como patológicos e, sendo assim, precisam ser medicalizados.

Nós não compartilhamos com esse modo de entender e pretendemos apresentar uma nova concepção, a partir da compreensão da multideterminação dos fenômenos. De tal modo, entendemos que os problemas escolares são manifestações de um contexto social e educacional que não produz aprendizagens; o comportamento do aluno, passa a ser visto como expressão de uma subjetividade em construção, mediada também pelos eventos e aprendizagens escolares.

Nós não compartilhamos, sobretudo, com a concepção de que os remédios sejam inofensivos aos alunos em desenvolvimento. Portanto, entendemos que, ao ampliar suas concepções sobre o tema, professores e gestores poderão lidar com o fracasso escolar, a indisciplina e a subjetividade a partir de outra perspectiva e oferecer um atendimento pedagógico a tais questões.

É preciso questionar a patologização como justificativa para o fracasso escolar e opor a ela argumentos pedagógicos e culturais que devem ser considerados a fim de que a responsabilidade pelo fracasso escolar deixe de ser uma possível condição biológica do aluno; é preciso tratar pedagogicamente as questões que são de cunho pedagógico.

A pesquisa de iniciação científica, cujos resultados apresentamos, teve como objetivo geral: identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do Ensino Fundamental I e II do município de Presidente Epitácio, SP, apresentam sobre a relação entre fracasso escolar, patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei que tratam desse assunto e a Lei 13.438/2017.

Esta identificação nos possibilitou atender ao objetivo específico de intervir junto aos professores participantes da pesquisa e propor reflexão sobre o tema.

O projeto foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória em campo, em que utilizamos questionários com sete perguntas abertas para os professores e gestores do ensino

fundamental I e II de sete escolas do município, sobre o tema medicalização e patologização do fracasso escolar. A seguir, são sintetizadas as principais atividades realizadas.

Atividade 1 - Levantamento bibliográfico: Procedemos ao estudo de textos e vídeos que tratam sobre o tema, bem como sobre o referencial teórico adotado, a psicologia histórico-cultural. De acordo com este referencial, compreendemos que a atenção e o controle do comportamento são funções mediadas e, portanto, dependem da interação com parceiros sociais que apresenta situações que envolvem o uso e o desenvolvimento das mesmas (SIGNOR, SANTANA, 2016; VIGOTSKI, 2003; MEIRA, 2012).

Atividade 2 - Realização de levantamento das escolas municipais de ensino fundamental I e II. Foi feito o levantamento das escolas de ensino fundamental I e II do município, nas quais foram entregues ofícios para explicar os objetivos da pesquisa e solicitar da direção autorização para que os professores e gestores participassem da pesquisa. Selecionamos 3 escolas de Ensino Fundamental I e 4 escolas de Ensino Fundamental II, de acordo com a localização e acesso.

Atividade 3 - Elaboração de questionário: Nossa pesquisa é bibliográfica e exploratória, por isso, utilizamos os questionários como técnica como instrumento de coleta de dados, com o objetivo de procedermos ao levantamento das concepções de professores e gestores a respeito do tema proposto. Os questionários foram pensados a partir da relação entre indisciplina, fracasso escolar, patologização e medicalização. Os questionários trazem as seguintes perguntas: 1- O que é indisciplina e quais são as suas causas? 2- O fracasso escolar (não aprender) está ligado à indisciplina? Explique. 3- Acredita que algum aluno seu ou da escola deveria ser medicalizado por conta de seu comportamento? Como é esse aluno? 4-Você tem algum aluno que faz uso de medicação para controle de comportamento? Sabe o diagnóstico e o que ele toma? 5- Você tem algum aluno considerado hiperativo, disléxico ou agressivo-impulsivo? Considera que ele precisa ser medicalizado? Por quê? 6- Você conhece algum projeto de lei que estabelece tratamento para alunos com hiperatividade e dislexia? E a Lei 13.438/2017? 7- Caso queira escrever algo a respeito do tema, gostaríamos de saber, fique à vontade!

Atividade 4 - Aplicação e análise de questionários: Mediante conversa com a direção das escolas, decidiu-se pela entrega dos questionários aos professores; por conta do encerramento do semestre, fomos desaconselhadas a procurar os professores e gestores para entrevista. Assim, deixamos com as diretoras os questionários com os respectivos termos de consentimento livre e esclarecido.

Atividade 5 - Intervenção - Após a análise das respostas, oferecemos palestras em 3 das escolas cujos professores e gestores responderam ao questionário. Foram apresentados os temas: desenvolvimento humano e educação escolar e patologização e medicalização da educação.

Resultados e discussão

No questionário que propusemos, para cada pergunta poderia ser atribuída mais de uma resposta, ou seja, os professores poderiam utilizar mais de um termo para responder; nem todas as perguntas foram respondidas, pelo fato de que os questionários foram respondidos sem o acompanhamento do bolsista-pesquisador, em virtude do encerramento do semestre, como explicitado acima. Trinta e três professores responderam aos questionários, sendo vinte do Ensino Fundamental II e treze do Ensino Fundamental I. Diretores (as) e coordenadores (as) não responderam aos questionários. Fizemos a opção pela tabulação simples das respostas obtidas e apresentamos aqui o que mais se destacou:

1 - O que é indisciplina e quais são as suas causas?

Para a primeira parte da questão observamos que ausência de regras foi citada por 15 professoras; comportamento inadequado, 7; desobediência 6, além de outras respostas como desequilíbrio, desvio de comportamento, negação às normas e desmotivação. Na segunda parte, temos como respostas para as causas da indisciplina: 17 professoras citaram o aluno; 14 citaram a família do aluno. Outras respostas como emoções e violência, 4; contexto, 3; desinteresse, 3; outros, 10. Destaca-se que em "outros" não aparece as questões pedagógicas e escolares. Em síntese, depreende-se que a indisciplina é a ausência de regras e as suas causas estão no aluno.

2 - O fracasso escolar (não aprender) está ligado à indisciplina? Explique

16 professoras responderam que sim; 8, não; 7, nem sempre; também, 2. Como resposta ao fracasso escolar, na segunda parte da questão, os professores apresentaram os seguintes termos: problemas de saúde: 7; família, 5, falta de estímulos, 4; história de vida, 2; déficit de atenção, 2. Aulas mal planejadas e sistema de ensino foram citadas 1 vez. Diante disso, compreende-se que para a maioria das professoras, o fracasso escolar é decorrente da indisciplina ou de outras causas ligadas ao aluno. Historicamente, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar lançaram mão de argumentos que variam de incapacidades genéticas a ausências de condições sociais e culturais das famílias. A psicologia Diferencial e a Teoria da Carência Cultural são grandes exemplos de modelos explicativos que, de modos específicos, centralizam no aluno a responsabilidade pelo seu fracasso na escola (PATTO, 2000).

Do mesmo modo entende-se a indisciplina, com a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem.

3 - Acredita que algum aluno seu ou da escola deveria ser medicalizado por conta de seu comportamento? Como é esse aluno?

Para 13 professoras, sim; 9, não; talvez, 4; não sabe: 2; não responderam: 5. Em continuidade 7 responderam que o aluno é agitado; 3, agressivo; 3, déficit de atenção; 2, apático. Em síntese, a medicalização deve ser utilizada para resolver o problema de inadequação do aluno.

4 - Você tem algum aluno que faz uso de medicação para controle de comportamento? Sabe o

diagnóstico e o que ele toma?

14 responderam que não; 9 responderam sim, para hiperatividade e outros. 10: não souberam responder. Sobre o medicamento: 3 professores responderam que os alunos tomam Ritalina; 2 sabem qual é o medicamento; 2, ansiolíticos; 2 não sabem. No que se refere à educação escolar, verifica-se um crescente aumento da medicalização em alunos tidos como problemáticos e difíceis porque não aprendem, apenas permanecem na escola sem se apropriarem do que lhe é específico (COLLARES, MOYSÉS, 1994, 1996; COLLARES, MOYSÉS, RIBEIRO, 2013). A medicalização vem, portanto, encobrir as possíveis causas de dificuldades escolares, decorrentes de aspectos pedagógicos e culturais e atribuir ao aluno as causas de suas dificuldades e ocultar situações inadequadas para a concretização da aprendizagem e do comportamento de estudo. Com isso não estamos a desconsiderar os aspectos biológicos presentes na constituição humana, mas, a considerar nossa condição de seres sociais, constituídos social e historicamente.

5 - Você tem algum aluno considerado hiperativo, disléxico ou agressivo-impulsivo?

Para esta questão, 13 responderam sim; 10, não. 6 não responderam; 2 desconhecem e 2 suspeitam. Ou seja, a maioria das respostas apontam para a patologização do comportamento do aluno, ainda que ele seja considerado hiperativo, disléxico ou agressivo-impulsivo por médicos ou professores, tal como se observa em Collares, Moysés, 1994, 1996; Collares, Moysés, Ribeiro, 2013.

6 - Você conhece algum projeto de lei que estabelece tratamento para alunos com hiperatividade e dislexia? E a Lei 13.438/2017?

R: Apenas 3 professores conhecem o projeto de lei que estabelece tratamento para alunos com hiperatividade e dislexia, e 5 professores conhecem a lei 13.438/2017, que estabelece protocolos para avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico de crianças, que reforça a cultura de diagnósticos na qual todos somos vulneráveis (CAPONI, 2016). Conhecer os dispositivos disponibilizados por essa cultura é fundamental para que se possa questioná-la.

Uma vez que os professores, ao realizarem o trabalho educativo, são protagonistas na promoção do desenvolvimento humano e social, é imprescindível que tenham a clareza de que a consciência humana é um produto do contato com formas elaboradas de pensar e agir e que está em contínua formação (MARTINS, 2013). Tal clareza pode levar à compreensão de que as funções psicológicas superiores implicadas no ato de aprender estão em formação, a criança não é um adulto em miniatura e não cabe responsabilizá-la por isso. As respostas da maioria dos professores apontam no sentido de uma concepção organicista de desenvolvimento humano (o social a que se referem é a família do aluno, a comunidade em que vivem), em que a educação pouco ou nada interfere.

Ao compreendermos que a aprendizagem produz desenvolvimento, entendemos o alcance da escola ao propor desafios aos alunos em desenvolvimento e questionamos os argumentos que justificam o fracasso escolar, o comportamento hiperativo, a desatenção, a indisciplina, etc. a partir de uma base

biológica (COLLARES, MOYSÉS, 1994, 1996; COLLARES, MOYSÉS, RIBEIRO, 2013).

Identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do ensino fundamental do município apresentam sobre a relação entre fracasso escolar, patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei que tratam desse assunto e a Lei 13.438/2017 foi, portanto, um passo a ser realizado no sentido de levantar, junto aos mesmos, melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como de amenizar os impactos deletérios do uso, por alunos, de medicamentos controlados que levam à dependência e não promovem melhores condições de ensino e aprendizagem.

Ao longo das palestras oferecidas nas escolas foi possível observar que alguns professores ainda não haviam refletido a respeito do tema patologização e que rejeitaram as nossas concepções.

Muitos disseram que o medicamento ajuda o seu aluno, como o comentário de uma professora do ensino fundamental I, "Meu aluno depois que começou a tomar o medicamento melhorou muito na sala de aula", nesta mesma escola teve uma situação em que os professores estavam fazendo o "diagnóstico" do aluno com TDAH ou mesmo incentivando os pais a procurarem o médico em decorrência do comportamento do seu filho em sala de aula.

Apenas em uma escola, grande parte dos professores já estavam informados sobre o tema e eram contra a medicalização, além de argumentarem que os alunos, muitas vezes, já vêm com o laudo de TDAH, ou outras patologias, que os próprios pais procuram o médico para "dar um jeito no filho, que é muito agitado e não aprende", sem passar por uma equipe multidisciplinar.

Considerações finais

Estimamos que foram atendidos os objetivos propostos no projeto que deu origem a esta pesquisa, visto que procedemos ao levantamento das concepções de professores e gestores sobre o tema patologização, medicalização e fracasso escolar, por meio de questionários. Tal levantamento foi compartilhado entre os participantes, ocasião em que foi proposta uma reflexão sobre o tema, mediada pelas leituras que temos feito.

Podemos afirmar que as respostas que obtivemos refletem os estudos dos autores que tomamos como referência. Assim, com este trabalho, pudemos compreender que a patologização dos problemas escolares é uma via recorrente de compreensão de tais problemas, tanto por professores como gestores e familiares. A estes, devemos oferecer mais oportunidades de reflexão sobre o tema.

Contudo, identificamos aqueles que se propõem a buscar outras vias de compreensão, a partir de questões pedagógicas e culturais. A estes, devemos oferecer a possibilidade da troca de conhecimentos, da articulação entre teoria e prática.

Assim, estão abertas as possibilidades para novos projetos de iniciação científica, a partir da identificação do padrão de compreensão de professores e gestores que atuam em cada escola e proposição de rodas de conversa e estudo sobre a relação entre fracasso escolar e medicalização.

Agradecemos ao PIBIFSP pela oportunidade de realizarmos este trabalho e, desta forma, podemos nos inserir nas escolas públicas do município e compartilhar conhecimentos e angústias com os professores participantes.

Referências

ANGELUCCI, C. B. Prefácio. *In*: COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: Um Olhar Histórico-Crítico. *In:* MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. **Psicologia escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BOCK, A. M. B. Psicologia e educação*:* cumplicidade ideológica. *In:* MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. **Psicologia escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PROJETO DE LEI N° 7.081, de 2010 Apensados Projetos de Lei nºs. 3.040/08, 4.933/09 e PL 5.700/09 Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1343620. Acesso em 29/11/2017.

CAPONI, S. Vigiar e medicar – O DSM-5 e os transtornos ubuescos na infância. *In:* CAPONI, S; VÁSQUEZ-VALENCIA, M. F.; VERDI, M. (Org). **Vigiar e medicar**: estratégias de medicalização da infância. São Paulo: LiberArs, 2016.

CENTOFANTI, R. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. *In*: **Revista Psicologia da Educação**. nº 22. São Paulo, 2006. p. 31-52

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A.; RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos.** Campinas: Mercado das Letras, 2013.

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar** - ensino e medicalização. São Paulo: Cortez Editora, 1996

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico** (A Patologização da Educação). Série Ideias (23), São Paulo: FDE, 1994

DOSSIÊ SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE, 2011. Disponível em www.medicalizacao.com.br. Acesso em 12/04/2020.

FACCI, M. G. D. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista da educação. *In*: DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANIFESTO DO FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. 2010. Disponível em www.medicalizacao.com.br. Acesso em 25/11/2017.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MEIRA, M. E. M. **Para uma crítica da medicalização na educação**. Psicol. Esc. Educ. 2012. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12/04/2020.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SIGNOR, R; SANTANA, A.P. **TDAH e medicalização**: implicações neurolinguísticas e educacionais do transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade. São Paulo: Plexus, 2016.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Informações do Artigo

Recebido em: 10/11/2020
Aceito em: 17/12/2020
Publicado em: 31/12/2020

Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.

Como citar este artigo

Silva, L.F.; Tonus, K. P., (2020). Patologização e medicalização da educação: concepções de professores e gestores do ensino fundamental I e II de escolas de um município paulista. Revista Macambira, 4(2), e042011. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.505.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

Article Information

Received on: 10/11/2020
Accepted in: 17/12/2020
Published on: 31/12/2020

Conflict of Interest: No reported.

How to cite this article

Silva, L.F.; Tonus, K. P., (2020). Pathologization and medicalization of education: conceptions of teachers and managers of elementary and junior high school education at schools in São Paulo state. Revista Macambira, 4(2), e042011. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.505.

License:

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.